14:42 92%

cotidiano

Tarcísio quer alfabetizar 90% das crianças de SP até 2026

Meta está em programa que será lançado hoje pelo governador e inclui recursos do Ministério da Educação

Isabela Palhares

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) vai lançar nesta terça-feira (20) o programa Alfabetiza Juntos, com a promessa de chegar ao fim do mandato, em 2026, com 90% das crianças da rede pública de todo o estado de São Paulo alfabetizadas até o fim do 2º ano do ensino fundamental.

O programa receberá recursos do governo federal, por meio Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, principal bandeira do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a educação.

Atualmente, apenas 40,62% das crianças de escolas públicas de São Paulo chegam ao fim do 2º ano, por volta dos sete anos de idade, com um conjunto de habilidades para que possam ser consideradas alfabetizadas, segundo a principal avaliação do país, o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

Isso quer dizer que, dos mais de 2,3 milhões de alunos das escolas públicas paulistas, 960 mil terminam o 2º ano conseguindo, por exemplo, ler pequenos textos ou escrever um recado simples, como um convite. Para alcançar a meta, o governo Tarcísio terá que mais do que dobrar o número de crianças alfabetizadas nessa etapa.

A meta estabelecida pelo governador é mais ambiciosa do que a proposta do MEC (Ministério da Educação) para o estado. O governo federal propôs que São Paulo se comprometesse a ter 80% das crianças alfabetizadas na idade certa até 2030.

"Temos uma preocupação muito grande com a alfabetização, porque é o ponto crucial para o estudante ter uma trajetória escolar bem-sucedida. Os municípios cuidam dos primeiros anos da educação, nós precisamos ajudá-los a alfabetizar melhor as crianças para que elas cheguem nas etapas seguintes nas escolas estaduais com todo o potencial de aprendizado", disse à **Folha** o secretário estadual de educação, Renato Feder.

Segundo ele, o programa foi estruturado para que o governo estadual dê apoio técnico e pedagógico para que os municípios paulistas tenham mais condições de garantir que as crianças cheguem a essa etapa conseguindo ler e escrever —as redes municipais são responsáveis por 75% das matrículas dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Diversas pesquisas indicam que crianças não alfabetizadas na idade correta têm maior chance de insucesso escolar nos anos seguintes, de reprovação e de abandono dos estudos, o que traz consequências para toda a vida adulta.

O Alfabetiza Juntos foi feito em parceria com a Associação Bem Comum, que recebe apoio da Fundação Lemann e Instituto Natura. A associação tem um programa elaborado a partir da experiência do PAIC (Pacto de Alfabetização na Idade Certa) criado no Ceará, estado que hoje tem os melhores resultados do país.

A proposta a ser implementada em São Paulo seguirá os mesmos moldes. O pacto nacional, elaborado pelo ministro Camilo Santana, pretendia justamente incentivar a parceria entre estados e municípios.

Um dos principais aspectos do PAIC foi a atuação da secretaria estadual de Educação em colaboração com municípios, que concentram as matrículas da etapa —formação de professores e materiais didáticos, por exemplo, foram centralizados no governo do estado. O programa do MEC investe em uma arquitetura de gestão parecida.

Segundo Feder, o governo paulista vai oferecer material didático (impresso e digital) aos municípios para ser usado nas turmas de anos iniciais. Além disso, vai oferecer formação para os professores alfabetizadores e avaliações externas para medir o avanço dos estudantes.

Entusiasta do uso de ferramentas digitais na educação, Feder também apostou na contratação de um aplicativo que vai permitir aos professores avaliarem a fluência de leitura dos alunos, ou seja, a quantidade de palavras que conseguem ler por minuto e identificar os erros que cometem.

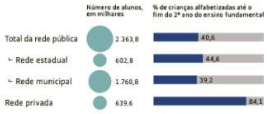
A plataforma Elefante Letrado foi contratada em janeiro deste ano, ao custo de R$ 2,85 por aluno ao mês —o total de estudantes depende da adesão dos municípios paulistas ao programa.

No ano passado, a secretaria aplicou pela primeira vez uma avaliação de fluência de leitura aos alunos do 2º ano de todas as redes de ensino. Os professores gravaram a leitura das crianças e um sistema diagnosticou o nível de proficiência em que estavam. Segundo a avaliação, 64% das crianças foram consideradas leitoras e 36% em estágio de pré-leitores. Feder disse que a meta de chegar a 90% das crianças alfabetizadas na idade certa será medida por esse indicador, não pela prova nacional, o Saeb, que é o principal termômetro da educação brasileira.

Os municípios têm autonomia para aderir a cada uma das etapas do programa. Eles podem, por exemplo, rejeitar receber os materiais didáticos do governo estadual, mas participar apenas da parte de avaliação. Segundo a Secretaria de Educação, dos 645 municípios paulistas, 480 manifestaram interesse na iniciativa e já estão recebendo os materiais digitais.

Sala de aula da Escola Prof. Ayres de Moura, em São Paulo Julio Bittencourt - 7.mar.14/Folhapress

Alfabetização em São Paulo



Fonte: Ministério da Educação e Secretaria Estadual de Educação de São Paulo

Alfabetiza Juntos

Programa do governo estadual receberá recursos da União, pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O governo estadual dará apoio aos municípios para que todas as escolas da rede pública tenham condições adequadas de alfabetizar as crianças até o fim do 2º ano dos anos iniciais do fundamental

Os municípios que aderirem ao programa receberão:

- Material didático impresso
- Formação de professores
- Acesso a aplicativo para a avaliação da fluência leitora dos alunos (quantidade de palavras que conseguem ler por minuto)

Governo de São Paulo articula implantar escolas cívico-militares em regiões mais pobres

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) planeja implementar a partir do segundo semestre um programa para fomentar a conversão de escolas estaduais em cívico-militares no ensino fundamental e médio em São Paulo.

O projeto de lei está em discussão entre a Secretaria da Educação do estado e assessores de Tarcísio. Na sequência, o texto deverá ser enviado à Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), onde a base do governador já está mobilizada para aprová-lo até o meio do ano.

"Essa é uma promessa do governador, uma bandeira nossa e do presidente da Casa [André do Prado, PL]. O texto não veio no ano passado porque não teve tempo hábil, com a [proposta de privatização] Sabesp", disse o deputado estadual Lucas Bove (PL), vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alesp.

A princípio, a escola cívico-militar deverá ser implementada em unidades com baixo desempenho na avaliação do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e situadas em regiões tidas como socialmente vulneráveis.

A proposta também prevê a contratação e a remuneração de policiais militares e agentes do Corpo de Bombeiros aposentados para funções administrativas e de vigilância no pátio escolar. "Os militares não irão ministrar aulas nem interferir no dia a dia do aluno. Todo o conteúdo seguirá as diretrizes pedagógicas, e a escola terá professores convencionais", afirma Bove.

Caberá a eles, por exemplo, monitorar e disciplinar o comportamento dos alunos no ambiente escolar, além de hastear a bandeira durante a execução do Hino Nacional.

"Vestimenta, cabelo cortado e, para as mulheres, amarrados são padrão na escola cívico-militar. A formação de fila pela manhã será feita por um líder da turma escolhido semanalmente de acordo com a meritocracia", afirma Bove.

Alguns pontos do projeto de lei ainda estão em fase de discussão entre Secretaria da Educação, Casa Civil e deputados da base governista. Uma das propostas é criar raio de distância máximo entre uma escola cívico-militar e outra tradicional, para que pais e responsáveis possam escolher onde matricular o aluno.

Cidades com população menor não deverão ser enquadradas no programa. Hoje, a discussão se limita a cidades com mais de 12 mil habitantes.

Instituições em áreas de indígenas e quilombolas não deverão ser contempladas.

A deputada Professora Bebel (PT), que preside a Comissão de Educação e Cultura da Alesp, faz críticas ao modelo. Para ela, a escola cívico-militar é invasiva aos alunos e vai na contramão do que determina a Constituição.

"A Lei de Diretrizes [e Bases (LDB)] é clara, é preciso ter uma formação básica sólida. Portanto, essa é uma pauta de costume e que atende ao ex-presidente [Jair Bolsonaro, PL]. A escola cívico-militar custará muito caro, receberá todo o foco, enquanto há outras necessidades na educação", afirma Bebel, que também preside o sindicato dos professores da rede estadual.

As escolas cívico-militares foi uma das bandeiras no governo de Bolsonaro. A gestão Lula (PT) iniciou o processo de extinção do programa federal de fomento ao modelo.

Segundo estudo feito pelo MEC para embasar a decisão de Lula, o país mantinha o funcionamento de 202 unidades, com 120 mil alunos de ensino fundamental e médio.

A maior parte dessas escolas (120) direcionava recursos para pagamento de militares, o que gerou um gasto de R$ 98 milhões de 2020 a 2022. Até o fim de 2022, 1.500 militares estavam inseridos na iniciativa.

No mesmo dia em que o governo Lula divulgou a extinção do programa das escolas cívico-militares, em em julho de 2023, Tarcísio anunciou que pretendia ampliar o programa no estado de São Paulo.

O estado tem, hoje, uma escola estadual que funciona no modelo cívico-militar, a Marechal do Ar Eduardo Gomes, em Guarujá. Além da gestão Tarcísio, os governos do Distrito Federal e do Paraná também anunciaram a manutenção do programa.

> Os militares não irão ministrar aulas nem interferir no dia a dia do aluno. Todo o conteúdo seguirá as diretrizes pedagógicas, e a escola terá professores convencionais
>
> **Lucas Bove (PL)**
> deputado estadual, vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alesp

MORTES | colura.obituario@grupofolha.com.br

Fez o Vale do Javari ser conhecido no mundo todo

PAULO MARUBO (1979 - 2024)

Tulio Kruse

SÃO PAULO Paulo Dollis Barbosa da Silva, conhecido como Paulo Marubo, costumava dizer que era preciso "falar como os mais velhos" com seu pai, José Barbosa, um cacique importante da aldeia Maronal —principal comunidade dos marubos. Por volta dos 12 anos ele já ouvia as reuniões de lideranças e conversas do cacique com visitantes.

Décadas depois, demonstraria um dom para transformar adversidades em oportunidades. Logo que Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018, Paulo se reuniu com coordenadores da Univaja e demonstrou preocupação.

"Ele disse: 'nós vamos enfrentar um governo totalmente maluco e fora do modus operandi normal da política e estamos ferrados nos rincões da Amazônia'", conta Beto Marubo, integrante da Univaja e sobrinho de Paulo.

Uma das primeiras providências foi, então, abrir uma representação da Univaja em Brasília, com Beto como seu representante. A partir disso, a Univaja passou a fazer contato com jornalistas, ativistas e órgãos que poderiam olhar para as dificuldades do Vale do Javari com mais atenção.

Durante a pandemia de Covid-19, foi essa articulação que garantiu equipamentos de saúde àquela e a outras terras indígenas. Paulo é citado como fundamental também para vitórias dos movimentos indígenas no STF (Supremo Tribunal Federal), especialmente a ADPF 709, que obrigou o governo federal a tomar medidas para barrar invasões.

Paulo participou das buscas ao indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips quando ambos desapareceram no Vale do Javari, em 2022. Eles foram assassinados por acusados de invadir o território indígena.

Paulo Marubo morreu no dia 3 de fevereiro, após complicações de um quadro de hepatite, doença que ele combatia havia décadas. Nos últimos meses de vida, pensava em concorrer a vereador. Ele deixa oito filhos e 11 irmãos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo tel. (11) 3396-3800 e central 156, prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.
Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4002. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 13h às 17h.
Avisos gratuitos na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (15h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3363 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.